

CALENDÁRIO DE OBRIGAÇÕES (PREFEITURAS) – ABRIL/2026

Prazo	Obrigação	Disposi�o Legal
Até dia 17	As Prefeituras, Câmaras, Fundos de Previdência, Institutos de Previdência, Autarquias, Funda�es e Empresas Estatais Dependentes (todos municipais) deverão enviar as altera�es de cadastros contábeis referentes ao mês de março de 2026, compreendendo os balancetes isolados e conjuntos, quando couber.	COMUNICADO SDG N� 68/2024, do TCE-SP.
Até dia 17	As Prefeituras municipais devem fazer a transferência dos valores equivalentes a 25% das receitas vinculadas � educa�o referentes ao arrecadado no período de 01 a 10 deste mês.	Inciso I, � 5�, do artigo 69, da Lei Federal n.� 9.394/1996.
Até dia 17	As Prefeituras municipais devem afixar e enviar � Câmara Municipal os balancetes da Receita e da Despesa do mês anterior.	Artigo 49, da Lei Complementar n.� 101/2000 e L.O.M..
Até dia 17	As Prefeituras municipais devem repassar ao Legislativo os recursos financeiros (duodécimo).	Inciso II, do � 2�, do artigo 29-A, e artigo 168, ambos da Constitui�o Federal.
Até dia 17	As prefeituras municipais que possuem servidores segurados do Regime Geral de Previdência Social, devem recolher � Previdência Social (INSS) a contribui�o patronal e o desconto de contribui�o dos segurados empregados e trabalhadores avulsos a seu serviço. Igualmente recolher as contribui�es (20%), incidentes sobre os valores pagos aos prestadores de serviços sem vínculo empregatício – Contribuintes Individuais (trabalhadores aut�nomos), e demais pessoas físicas, assim como, o valor retido de (11%), mediante desconto na remunera�o a eles paga, relativo ao mês da liquida�o do empenho. OBS.: O recolhimento deverá ser realizado por meio do DARF Previdenciário emitido após a transmissão da DCTF Web, pelo o Portal do e-CAC.	Artigo 30, inciso I, letra "b" c/c � 2�; artigo 32, inciso IV, ambos da Lei Federal n.� 8.212/1991; artigo 4�, da Lei Federal n.� 10.666/2003; artigo 225, inciso IV e às, do Decreto n.� 3.048/1999; inciso III, do artigo 49, da Instru�o Normativa RFB n.� 2.110/2022. Manual de Orienta�o da DCTFWeb - Versão 1.5 - Outubro de 2022.
Até dia 17	As prefeituras municipais devem recolher ao INSS as reten�es relativas � cessão de mão-de-obra ou empreitada de mão-de-obra (11%), das notas fiscais emitidas no mês anterior. OBS.: As Prefeituras, Câmaras, Autarquias Municipais, Funda�es Municipais, Entidades de Previdência Municipal, Sociedades de Economia Mista e Empresas Públicas Municipais, Consórcios Intermunicipais e Consórcios Públicos (Lei Federal n� 11.107, de 06 de abril de 2005), devem observar a redu�o do percentual para 3,5%, quando contratarem determinados serviços mediante cessão de mão-de-obra ou empreitada de mão-de-obra. O recolhimento deverá ser realizado por meio do DARF Previdenciário emitido após a transmissão da DCTF Web, pelo o Portal do e-CAC.	"caput", do artigo 31, da Lei Federal n.� 8.212/1991, e inciso III, do artigo 49, da Instru�o Normativa RFB n.� 2.110/2022. � 6�, do artigo 7�, da Lei Federal n.� 12.546/2011. "caput", do artigo 6�, da Instru�o Normativa RFB n.� 2.043/2021. Manual de Orienta�o da DCTFWeb - Versão 1.5 - Outubro de 2022.
Até dia 17	Os �rg�os públicos que possuem servidores regidos pela Consolida�o das Leis do Trabalho – CLT, devem recolher o FGTS, calculado sobre as remunera�es pagas ou devidas no mês anterior, por meio da Guia do FGTS Digital – GFD.	Artigo 15 e 17-A, da Lei n.� 8.036/1990 c/c item 1, alínea "b", inciso I, do artigo 19, da Lei Federal n.� 14.438/2022; e inciso I, do artigo 15, da Portaria MTE n.� 240/2024.

GEPAM, 16 de abril de 2026.

